

Relatório e Contas



*“A força da mudança não
está nas palavras, sim nas
ações”*

Índice

Mensagem do Presidente.....	2
Introdução	4
Órgãos Sociais da Casa do Povo de Santana da Serra	5
Organograma dos Órgãos Sociais da Casa do Povo de Santana da Serra	6
Missão, Visão, valores e Política da Qualidade	7
Valências.....	9
Lar	9
Centro de Dia.....	10
Caracterização dos Idosos	12
Projetos.....	14
Atividades Desenvolvidas	20
Recursos Humanos	21
Indicadores Económico-financeiros	23
Introdução	23
Rendimentos e Ganhos	23
Gastos e Perdas	24
Resultados	24
Nota final	25
Contas do Exercício de 2015.....	26
Balanço e Demonstração de Resultados	27
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	30
Demonstração de Resultados por Valências	32
Outros Mapas	34
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	38
01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	39
02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
03 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS	40
04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	44
05 - ATIVOS INTANGÍVEIS	45
06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	47
07 - INVENTÁRIOS.....	47
08 - RÉDITO.....	48
10 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	50
11 - OUTRAS INFORMAÇÕES	51
12 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	52
Convocatória da Assembleia Geral Ordinária.....	53

Mensagem do Presidente

Terminado o ano de 2015, urge fazer a análise das constas da instituição, que no seguimento dos anos anteriores se pautaram, como não podia deixar de ser, pelos critérios do rigor, da competência e do profissionalismo, dos quais não abdicamos na defesa dos superiores interesses da Casa do Povo de Santana da Serra.

Apesar dos tempos de crise económica que teimam em persistir e dificultar cada vez mais a ação dos mais diversos agentes económicos, nomeadamente as IPSS, não deixámos, como nunca deixaremos, de trabalhar em prol da instituição e dos nossos utentes, procurando manter e melhorar a situação financeira da Casa do Povo de Santana da Serra e paralelamente de forma contínua, planeada e progressiva ir melhorando as condições de conforto proporcionadas aos nossos utentes.

O ano de 2015 foi um ano de particular importância para a nossa instituição e um marco de modernização da mesma.

Com efeito, foi um ano que permitiu concluir um projeto ambicioso e há muito pensado e idealizado pelos corpos sociais da instituição, isto é as obras de ampliação, alteração e adaptação da estrutura residencial para pessoas idosas – Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

A par desta grande obra não deixamos também de aproveitar para levar a cabo obras de remodelação que se revelavam indispensáveis no espaço do antigo lar, o qual requalificamos e modernizamos.

Como é óbvio, obras desta envergadura importam um tremendo esforço financeiro por parte da nossa instituição, esforço esse que foi sendo realizado ao longo dos anos, de forma consciente e planeada, através do sistemático reforço de tesouraria e que veio agora permitir a realização das mencionadas obras sem que fossem desequilibradas as contas da instituição.

Esta era uma obra que, para além de vir acrescentar claramente qualidade de vida aos utentes, melhores condições de trabalho aos nossos funcionários e colaboradores, era encarada como necessária tendo em consideração a antiguidade do antigo lar da 3ª idade e a desadequação das infraestruturas às exigências legais e às crescentes necessidades dos utentes.

A conclusão das obras de ampliação, alteração e adaptação da estrutura residencial para pessoas idosas – Centro de Dia e Apoio Domiciliário, constitui assim um marco histórico na vida da nossa

instituição e apresenta-se como um ícone na busca incessante da melhoria das condições de vida dos nossos utentes que lhes procuramos oferecer através da excelência dos serviços ao seu dispor.

Sem embargo do esforço financeiro realizado com a execução física e financeira das obras atrás mencionadas, o ano de 2015 revelou-se ainda assim um ano positivo financeiramente, em que não só não descapitalizamos a instituição como se lograram obter resultados líquidos positivos e mesmo superiores ao dos anos transatos.

Tal só foi possível através de uma gestão rigorosa, eficiente e profissional, que permitiu que, pese embora tenha havido um ligeiro aumento dos gastos e perdas foi amplamente compensado com um substancial aumento dos rendimentos e ganhos, que permitiu, como já se disse e se poderá ver em concreto no relatório e contas, a apresentação de um resultado líquido positivo.

Nesta altura, apresenta-se diante de nós um quadro de esperança no futuro, de grande estabilidade no presente, o qual só foi possível de alcançar com o esforço de todos, órgãos sociais e funcionários, que tem revelado ao longo dos anos um enorme espírito de sacrifício e dedicação a nossa instituição e a nobre causa que servimos.

O PRESIDENTE DA DIREÇÃO



/José Raul Guerreiro Mendes dos Santos/

Introdução

Conforme vem sendo habitual, anualmente a Direção da Casa do Povo de Santana da Serra, apresenta - junto com as Contas – aquelas que foram as atividades e projetos dinamizados pela Instituição.

Este relatório que é referente ao ano 2015, traduz-se, assim, num relato sucinto de todas as que foram as atividades e projetos da Instituição no decorrer do ano, pois seria difícil e fastidioso traduzir em pormenor, tudo o que foi realizado nas valências sociais.

O ano de 2015 foi um ano diferente para a instituição visto que decorreu um projeto de grande dimensão ao nível social em que se mede, sobretudo, pela qualificação da oferta de apoio social para idosos no território que esta resposta abrange. A Casa do Povo de Santana da Serra adquire renovadas condições para prestar um serviço com mais qualidade para os utentes e para as famílias com quem intervém. Simultaneamente reforça a sustentabilidade do seu projeto e do emprego por este gerado, representando uma mais valia para a comunidade em que se insere.

O impacto ambiental deste projeto pode ser verificado nas seguintes dimensões: instalação de equipamentos com maior eficiência energética (elevador, ar condicionado), reforço da qualidade de construção (revestimentos e isolamentos) com reflexos na poupança de energia do edifício.

Este projeto contribuiu diretamente para o aumento da qualidade de vida de uma franja vulnerável da população, os idosos. Por outro lado, a manutenção e criação de emprego neste sector de atividade tem um impacto social de género, tendo em conta que permite combater o desemprego feminino.

Já a análise das Contas se faz através da interpretação das Demonstrações Financeiras e Anexos, que referem e analisam a evolução económico e financeira da Instituição.

Há semelhança do que se verificou no ano anterior e apesar de todos os esforços e novas medidas assumidas, a crise económica e financeira que o país ainda atravessa e que agravou a situação de muitas famílias nos últimos anos, devido aos cortes que se verificaram nos seus orçamentos familiares, afetaram, naturalmente e como era expectável, a Instituição.

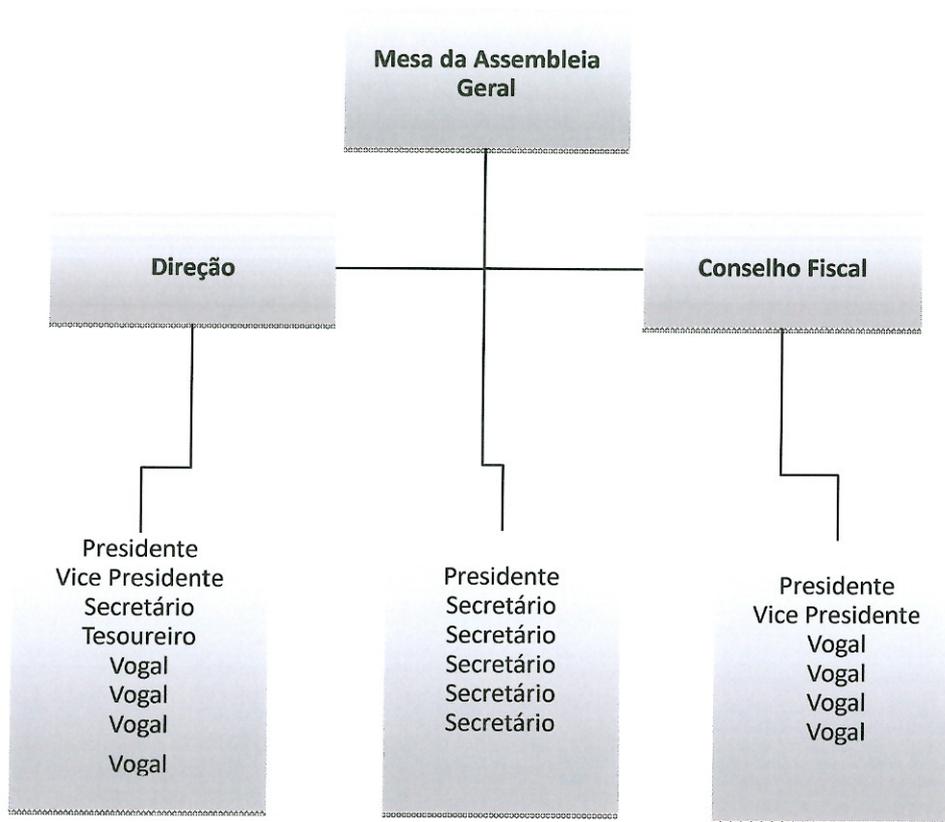
Órgãos Sociais da Casa do Povo de Santana da Serra

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	Presidente - Maria Inês dos Santos Guerreiro Secretário - Joaquim José Guerreiro Rita Secretário - Dora Manuela Nobre Palhinha Secretário - Maria José de Brito Guerreiro Mestre Secretário - Manuel Coelho Rodrigues Secretário - Joaquim António Mendes
---	--

DIREÇÃO	Presidente - José Raul Guerreiro Mendes dos Santos Vice – Presidente - Maria Emília G. M. Coelho Marques Secretário - Jesuíno Coelho Rodrigues Tesoureiro - António Vargas da Palma Vogal - Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias Vogal - António Guerreiro Vogal - Deolindo Afonso da Silva Vogal - Aníbal João Coelho
----------------	---

CONSELHO FISCAL	Presidente – Manuel Francisco C.de Brito Marcelino Vice-Presidente - Jesuíno José Fernando Guerreiro Vogal – Jorge Martins Plácido Vogal - Célia Maria de Brito Guerreiro Mendes Vogal – Marciano Guerreiro da Silva Vogal - Manuel Valério Guerreiro
----------------------------	--

Organigrama dos Órgãos Sociais da Casa do Povo de Santana da Serra



Missão, Visão, valores e Política da Qualidade

A Casa do Povo de Santana da Serra pretende contribuir para o desenvolvimento social, através de respostas sociais nomeadamente Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, tendo em conta fatores culturais, recreativos, económicos, pessoais da população em geral.

A Casa do Povo de Santana da Serra é, desenvolvida também através de atividades dirigidas à Comunidade em geral e aos utentes da freguesia.

✓ **Visão**

A Casa do Povo de Santana da Serra, pretende afirmar-se como uma instituição de referência melhorando as suas áreas de intervenção social nomeadamente Lar, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, tendo em conta as necessidades dos seus utentes/ clientes e da comunidade em geral.

✓ **Valores**

A Casa do Povo tem como principais valores:

- Solidariedade;
- Responsabilidade Social;
- Respeito pelo outro;
- Privacidade;
- Confidencialidade;
- Profissionalismo;
- Rigor;
- Trabalho em Equipa.

✓ Política da Qualidade

A Casa do Povo de Santana da Serra desenvolve a sua atividade com o objetivo de proporcionar à população respostas e serviços sociais de elevada qualidade, segundo uma perspetiva de melhoria e inovação contínuas.

A qualidade das respostas e serviços que disponibiliza visa, em última instância, a satisfação dos nossos utentes/ clientes e das suas famílias, o que se passa pelo esforço de diversas dimensões da Casa do Povo de Santana da Serra.

A sua atividade baseia-se nos seguintes pontos-chave:

- **Qualificação do serviço prestado**, garantindo a melhoria contínua dos nossos serviços, tendo em conta as expectativas e as necessidades do público-alvo;
- **Recursos humanos competentes**, investindo na formação de todos os colaboradores que trabalham na Instituição de modo a qualificar e a especializar todos aqueles que estão em contacto direto com o nosso público-alvo;
- **Infraestruturas, equipamentos e práticas adequadas**, assegurando a renovação, revitalização e requalificação de espaços, equipamentos, das técnicas e conhecimentos, aplicados na prestação dos cuidados com os utentes;
- **Cumprimento dos requisitos aplicáveis**, resultantes da legislação e normas, dos clientes e os definidos internamente.

Valências**Lar**

A Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade é um Equipamento Social de alojamento coletivo que proporciona cuidados permanentemente ou temporários a pessoas de idade igual ou superior a 65 anos, cujas problemáticas bio-psicossocial-social não possam ser tratadas através de outras formas de resposta.

Para esta instituição os utentes são o centro da sua ação, procurando sempre responder às suas necessidades, respeitando e promovendo os seus direitos.

Os objetivos da instituição passam por:

- ✓ Assegurar aos utentes uma vida equivalente à vivência familiar, na forma de cuidados coletivos e individualizados;
- ✓ Promover o bem-estar bio-psicossocial-social dos utentes;
- ✓ Proporcionar alojamento que assegure aos utentes uma vida confortável, respeitando tanto quanto possível a sua independência;
- ✓ Proporcionar cuidados permanentes que garantam a satisfação das necessidades diárias dos utentes;
- ✓ Contribuir para estabilizar e/ou retardar o processo de envelhecimento;
- ✓ Contribuir para a reabilitação de incapacidades físicas;
- ✓ Promover o fortalecimento das relações inter-familiares e a preservação dos laços familiares;
- ✓ Potenciar a integração social.

A instituição tem acordo de cooperação para 22 utentes. Nos termos do acordo de cooperação destas 22 vagas, 3 estão reservadas à segurança social.

Centro de Dia

O Centro de Dia consiste numa resposta social, desenvolvida no edifício-sede, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

É uma resposta social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos para a satisfação das suas necessidades básicas.

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus residentes.

São objetivos do Centro de Dia de Santana da Serra:

- ✓ Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação dos serviços;
- ✓ Colocar à disposição das pessoas idosas as diversas formas de ajuda adequada à sua situação, de acordo com as necessidades expressas e a capacidade de resposta do Centro de Dia de Santana da Serra.
- ✓ Prestar ao idoso o acolhimento e informações necessárias;
- ✓ Prestação de apoio psicossocial.

Centro de Dia da Casa do Povo de Santana da Serra tem acordo de cooperação para 20 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a idosos, adultos ou famílias quando, por motivos de saúde, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

São objetivos do Serviço de Apoio Domiciliário de Santana da Serra:

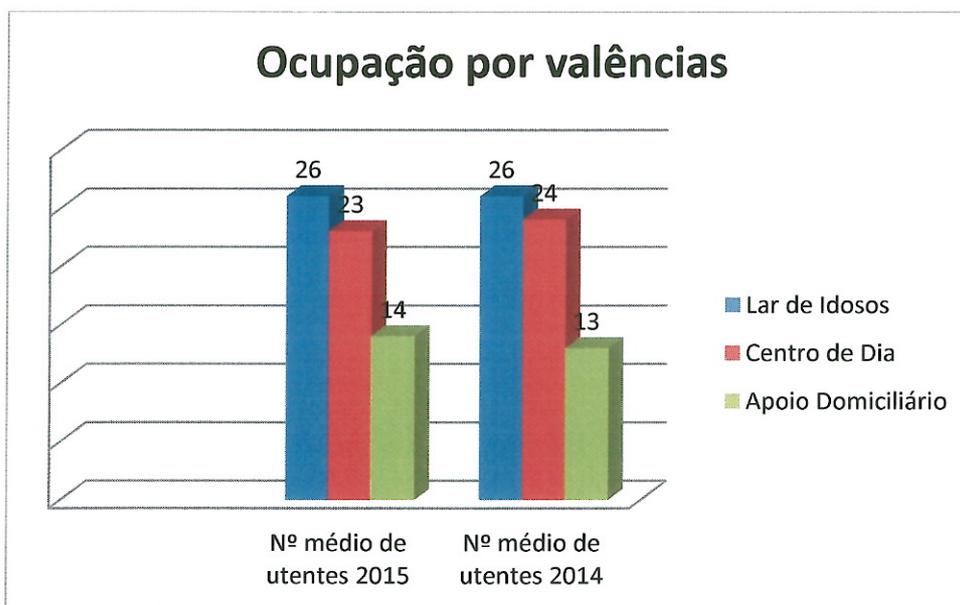
- ✓ Contribuir para que o idoso se sinta menos isolado e só;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação de serviços;
- ✓ Contribuir para a melhoria das condições de higiene, saúde e alimentação dos idosos que já não têm capacidade para realizar total ou parcialmente, as tarefas da vida diária;
- ✓ Promover alterações e adaptações do domicílio para que os utentes sejam o mais independentemente possível.

O Serviço de Apoio Domiciliário tem acordo de cooperação para 10 utentes.

Caracterização dos Idosos

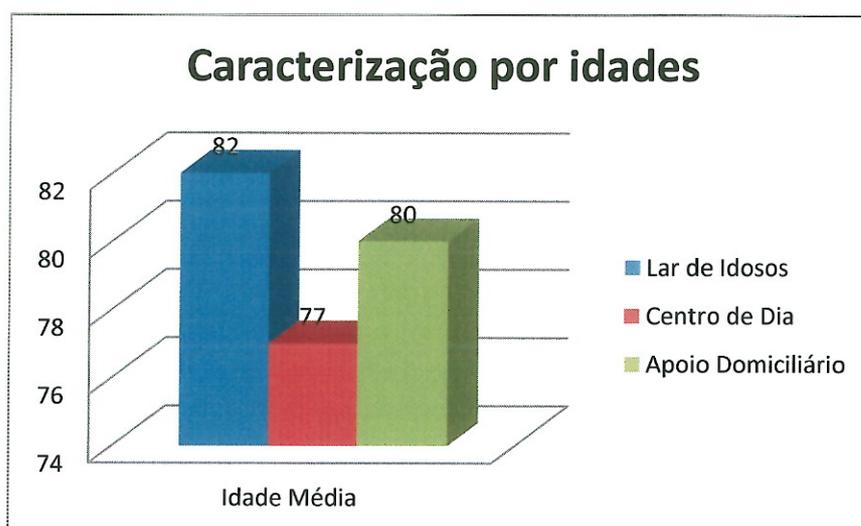
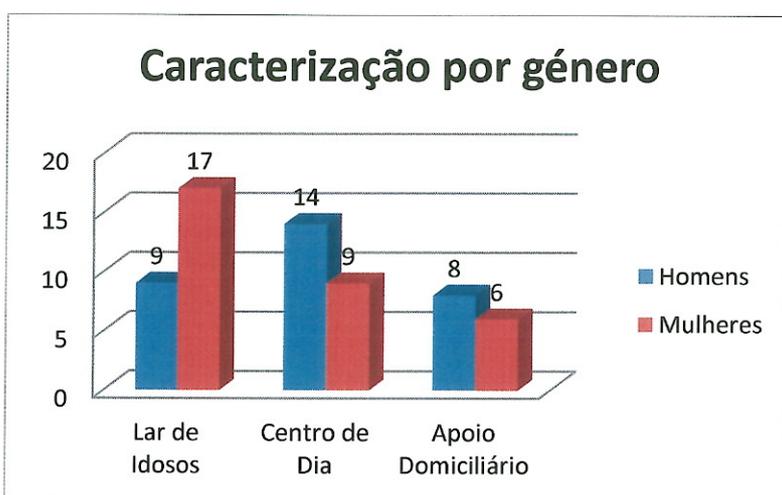
Idosos - Casa do Povo de Santana da Serra

Valências	Nº médio de utentes 2015	Nº médio de utentes 2014
Lar de Idosos	26	26
Centro de Dia	23	24
Apoio Domiciliário	14	13



Caracterização dos Utentes – 2015

Valências	Homens	Mulheres	Idade Média
Lar de Idosos	9	17	82
Centro de Dia	14	9	77
Apoio Domiciliário	8	6	80



Projetos**INALENTEJO – PROGRAMA OPERACIONAL DO ALENTEJO**

O projeto visou a ampliação, alteração e adaptação de Estrutura Residencial para pessoas idosas, Centro de Dia e Apoio Domiciliário com o fim de dar resposta às necessidades existentes. Com instalações próprias, estas não ofereciam, contudo, as condições ideais para o efeito, revelando-se insuficientes em termos de resposta social.

O projeto permitiu alterar o edifício existente e dotá-lo de melhorias significativas e ainda ampliá-lo com uma construção de raiz a nascente do atual edifício. Este projeto permitiu melhorar a capacidade de resposta às exigências atuais do Centro Distrital de Segurança Social de Beja e, deste modo, a melhoria da cobertura territorial em equipamentos sociais.

Assim, o primeiro piso é composto por ampla garagem, área de receção e área de direção, serviços técnicos e administrativos, enquanto no segundo piso existe um gabinete de enfermagem, com lavatório e marquesa e instalações sanitárias anexas, instalação sanitária com banho geriátrico, compartimento de sujos, sala de estar com copa, um quarto de casal, dois quartos individuais, quatro quartos duplos e três instalações sanitárias, com as áreas mínimas admitidas, para serviço dos utentes.

A partir da sala de estar com copa pode – se aceder a uma varanda existente junto do alçado posterior do edifício. Já o terceiro piso é composto por sala de estar com copa, instalações sanitárias com banho geriátrico, compartimento de sujos, um quarto de casal, três quartos um quarto de casal, três quartos duplos e duas instalações sanitárias para serviço de utentes. Prevê-se assim, para esta área uma capacidade de alojamento de 22 utentes.

De modo a garantir a acessibilidade à cozinha e despensa de dia a zona anexa ao refeitório onde atualmente existiam dois quartos e uma instalação sanitária, foi modificada em cozinha e despensa de dia, sendo que os compartimentos onde funcionam estes dois espaços foram transformados em áreas de arrecadação.

Na área de convívio e atividades e área de refeições foram definidas as respetivas áreas e a instalação sanitária acessível a pessoas com mobilidade condicionada permitindo o acesso lateral à sanita por ambos os lados.

No que se refere ao quarto, com a área de 13, 00 m², que apresenta um comprimento superior a duas larguras, foi transformado num espaço destinado a cabeleireiro/pédicure com ponto de água e esgotos.

Na área de instalações para o pessoal foi substituída a banheira por uma base de duche, numa das instalações sanitárias e criada uma outra, por forma a garantir a requerida separação por sexo. Para tal foi reduzida a área de vestiário.

Na área de receção as instalações sanitárias permitirão o acesso lateral às sanitas, uma pelo lado direito e outra pelo lado esquerdo. O mesmo acontece nas instalações sanitárias na área de alojamento, sendo que foi considerado o acesso lateral às sanitas em 50% pelo lado direito e 50% pelo lado esquerdo.

Em termos de trabalhos a empreitada envolveu os seguintes genéricos:

- ✓ Demolições;
- ✓ Estabilidade em betão armado;
- ✓ Revestimento de pavimentos, paredes e tetos;
- ✓ Cantarias, Serralharias e Carpintarias;
- ✓ Arranjos exteriores;
- ✓ Instalações Elétricas, de Telecomunicações, de AVAC e de Segurança contra Incêndios.



Com a ampliação do edifício tornou-se evidente a necessidade de intervir no corpo existente, dada a degradação do espaço e de alguns equipamentos, o que impede o usufruto das instalações em perfeitas condições de higiene, segurança e saúde.

Esta intervenção, denominada “ Requalificação do espaço antigo do Lar” produziu, como a designação indica, uma requalificação do corpo antigo do Lar, incluindo eletricidade e comunicações, mantendo as funcionalidades atuais.

Os trabalhos previstos nesta Requalificação mantiveram o uso e os espaços definidos no projeto de arquitetura da Empreitada de Ampliação e Alteração do Lar, aprovados pelas entidades competentes, sendo apenas requalificados espaços anteriormente existentes.

Decorrente da integração homogénea dos espaços antigos com o novo edifício houve também necessidade de atualizar, com base na legislação em vigor, as instalações elétricas e de telecomunicações existentes do edifício antigo, o que não se encontrava previsto na Empreitada de Ampliação e Alteração do Lar.

Assim, o projeto consistiu nos seguintes trabalhos principais:

- ✓ Reparação de revestimentos de paredes interiores e exteriores e tetos interiores, que se encontram extremamente degradados;
- ✓ Substituição de vãos existentes, nomeadamente janelas de madeira em mau estado e portas interiores de madeira em mau estado;
- ✓ Substituição de puxadores de portas interiores existentes em mau estado;
- ✓ Substituição de grelha de drenagem pluvial em zona de circulação exterior, em mau estado;
- ✓ Requalificação das instalações elétricas existentes, instalações de telecomunicações existentes e instalações de segurança contra incêndios existentes, para adaptação à legislação em vigor;
- ✓ Trabalhos de construção civil para apoio das instalações especiais.



Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC)

O Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados (FEAC), é um programa gerido pela Segurança Social, que proporciona às Instituições o fornecimento de géneros alimentares.

Podem ser beneficiários do PCAAC, desde que em território nacional, todas as famílias/pessoas e instituições/utentes, cuja dependência social e financeira for constatada e reconhecida com base nos Critérios de Elegibilidade aprovados pelo Ministério da tutela.

A distribuição é feita mediante listagem de beneficiários entregue à Instituição de Segurança Social, podendo ainda ser acrescida de potenciais beneficiários identificados pelas entidades locais. A Casa do Povo de Santana da Serra funciona como beneficiária e entidade mediadora entre a Segurança Social e a comunidade Local.

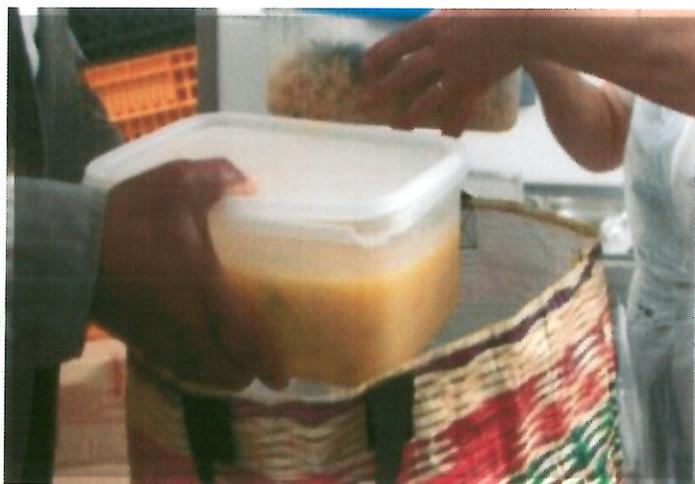
Nesta qualidade a função da instituição é a receção para consumo próprio e distribuição dos géneros alimentares às famílias e /ou indivíduos carenciados.



Cantinas Sociais

O Instituto de Segurança Social, I.P e a Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade estabeleceram um protocolo de colaboração no âmbito da convenção da rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar, podendo vir este a ser alterado e reajustado face às necessidades e realidade local.

Assim a cantina social é uma medida desenvolvida pela Casa do Povo de Santana da Serra e que consiste no fornecimento diário, incluindo fins-de-semana e feriados, de uma refeição a indivíduos e/ou agregados familiares em situação comprovada de carência económica. A instituição abrange cinco pessoas com esta medida, onde disponibiliza 7 refeições diárias, destinadas, preferencialmente, a consumo externo durante sete dias por semana.



Atividades Desenvolvidas

Numa instituição como a nossa, as diversas atividades não acontecem ao acaso, estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

A política de apoio aos idosos desde o início delineada continua a caracterizar-se por um crescimento das atividades desenvolvidas de acordo com o previsto no plano de atividades.

Consideramos que globalmente foi um ano positivo. Atingimos quase todos os objetivos que programamos.

Realizamos algumas ações que criaram novas dinâmicas socioculturais.

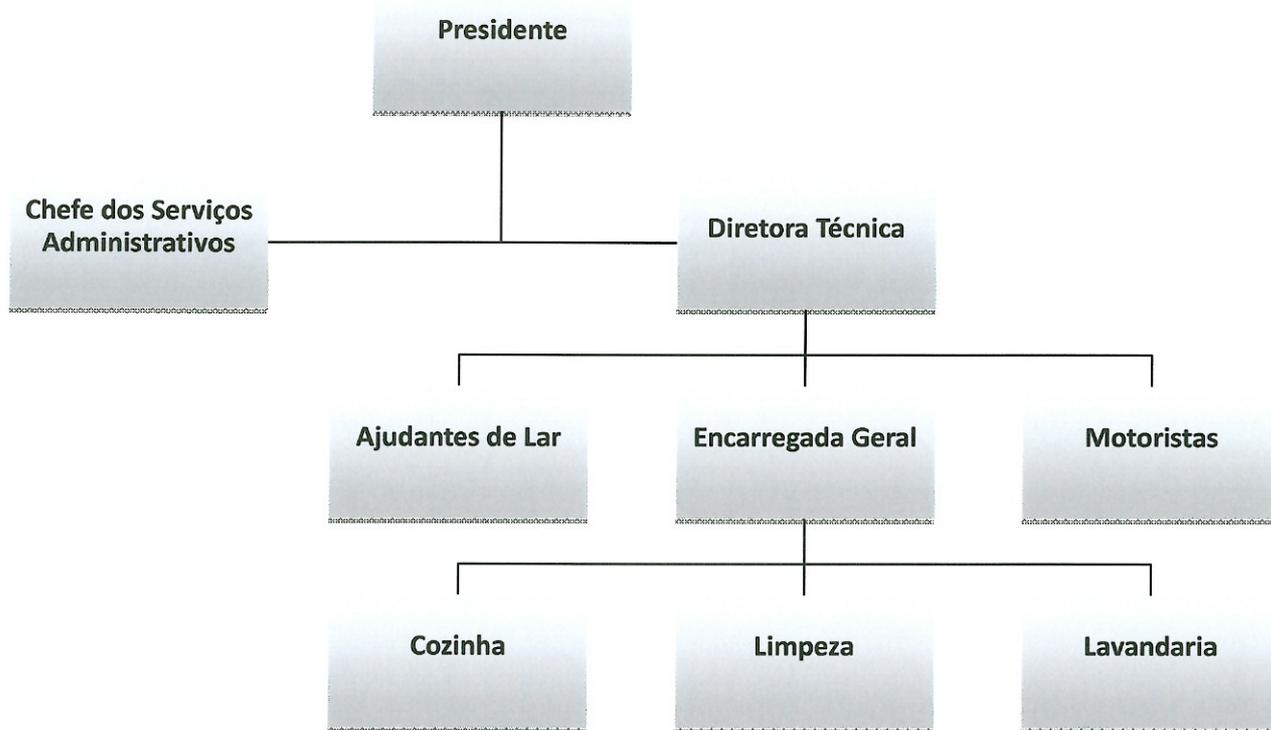
Devido às exigências atuais é necessário melhorar permanentemente os serviços que prestamos aos utentes.

No ano de 2015 destacaram-se diversos eventos, que por reforçarem a união e a amizade entre os utentes e a instituição, que merecem ser sublinhados:

- ✓ Comemoração do Dia de Reis;
- ✓ Baile de Carnaval;
- ✓ Comemoração do Dia de Páscoa;
- ✓ Comemoração do Dia 25 de Abril;
- ✓ Comemoração do Dia do Trabalhador – Almoço Convívio
- ✓ Passeio Anual à Feira de Garvão;
- ✓ Visita Anual à Ovibeja;
- ✓ Participação e Visita Anual à Feira dos Sabores de Santana da Serra;
- ✓ Comemoração dos Santos Populares – Baile de S. João;
- ✓ Passeio a Vila Nova de Milfontes e Parque das Águas Vivas (Boa Vista dos Pinheiros);
- ✓ Visita às Festas da Nossa Senhora da Cola;
- ✓ Comemoração do Dia do Idoso;
- ✓ Comemoração do Dia de S. Martinho;
- ✓ Almoço de Natal.

Recursos Humanos

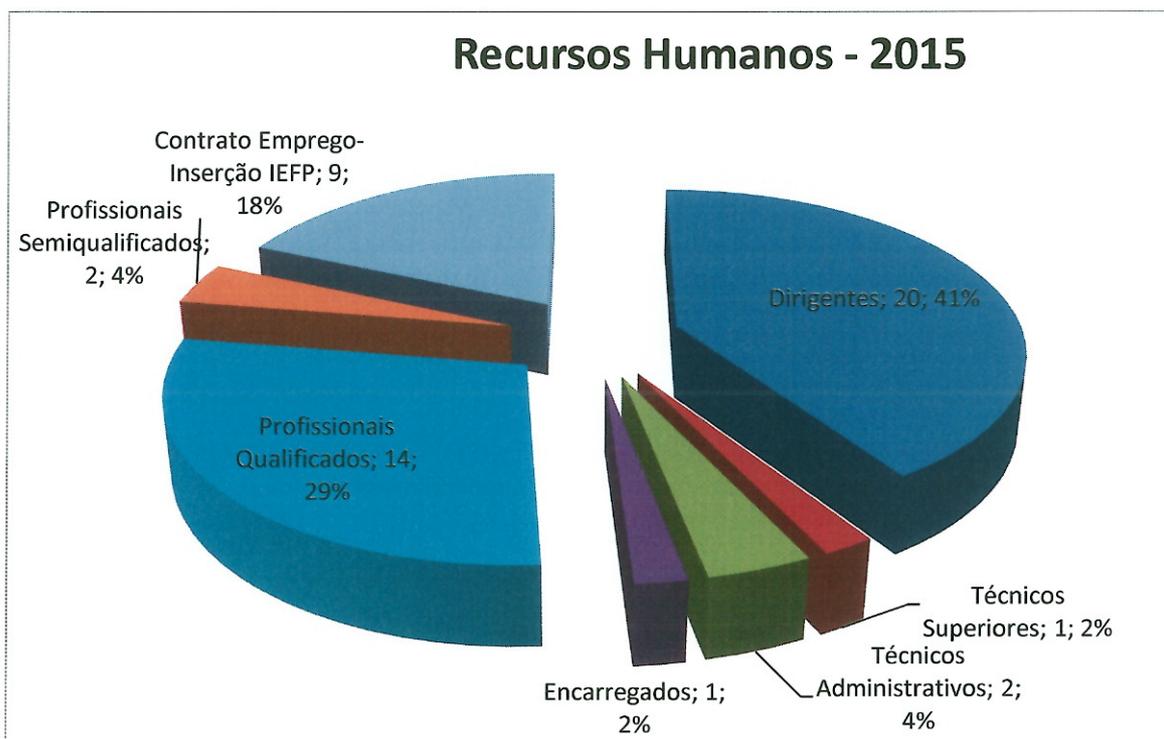
Organigrama da Casa do Povo de Santana da Serra



Balanço Social da Casa do Povo de Santana da Serra

Ao longo do ano, verificamos uma constante na prestação de serviços aos nossos utentes, não sendo necessário o reforço da equipa de colaboradores, apenas registamos um pequeno acréscimo no pessoal integrado no âmbito da medida Contrato Emprego Inserção e Contrato Emprego Inserção +.

Grupo de Pessoal	Nº Colaboradores 2015	Homens	Mulheres	Idade Média	Nº Colaboradores 2014
Dirigentes	20	14	6	56	19
Técnicos Superiores	1	0	1	31	1
Técnicos Administrativos	2	0	2	43	2
Encarregados	1	0	1	48	1
Profissionais Qualificados	14	2	12	53	14
Profissionais Semiquualificados	2	0	2	63	2
Contrato Emprego-Inserção IEFP	9	1	8	41	9



Indicadores Económico-financeiros**Introdução**

De acordo com o disposto no artigo 34º alínea e) dos Estatutos da Casa do Povo de Santana da Serra, passamos a apresentar as contas relativas ao exercício de 2015 para discussão e votação.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhe foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

Estas informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, balancetes, devem transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das contas anuais.

Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2015	2014	2013
Vendas e serviços prestados	268.278,66	253.980,22	258.806,20
Subsídios à exploração	198.757,98	201.570,26	188.810,86
Outros rendimentos e ganhos	122.366,28	26.395,02	14.421,28
Total	589.402,92	481.945,50	462.038,34

Na conta Vendas e serviços prestados são refletidos os proveitos com vendas de fraldas e as prestações de serviços ao longo do ano nomeadamente as mensalidades pagas pelos utentes.

Na conta Subsídios à exploração são refletidos os proveitos com as participações do Instituto Segurança Social I.P - Centro Distrital de Beja e o IEFP.

Na conta Outros rendimentos e ganhos são refletidos os proveitos com participação em transporte paga pelos utentes, restituição de impostos e donativos.

Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2015	2014	2013
Custo das matérias consumidas	61.650,50	62.921,71	62.147,21
Fornecimentos e serviços externos	91.132,69	99.162,68	85.190,70
Gastos com o pessoal	299.039,37	283.238,62	274.477,65
Outros gastos e perdas	73.645,89	28.567,09	33.338,64
Total	525.468,45	473.890,10	455.154,20

No que se refere à conta Custo das matérias consumidas, são refletidos os custos com géneros alimentares e fraldas.

No que se refere à conta Fornecimentos e serviços externos, são refletidos os custos com trabalhos especializados, vigilância e segurança, honorários, conservação e reparação, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material de escritório, artigos para oferta, lenha, eletricidade, combustíveis, água, deslocações, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação e outros.

No que se refere à conta Gastos com o Pessoal, são refletidos os custos com o pessoal da Instituição e o pessoal colocado no âmbito dos contratos de emprego inserção e emprego inserção mais, protocolados com o IEFP.

No que se refere à conta Outros Gastos e Perdas, são refletidos os custos com impostos indiretos e taxas, gastos/reversões de depreciação e amortização, são refletidos custos dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos, custos das diversas despesas bancárias ao longo do ano.

Resultados

RESULTADOS	2015	2014	2013
RENDIMENTOS E GANHOS	589.402,92	481.945,50	462.038,34
GASTOS E PERDAS	525.468,45	473.890,10	455.154,20
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	63.934,47	8.055,40	6.884,14

Foi apurado um resultado líquido no período para o ano 2015, de 63.934,47 Euros.

Nota final

Por mais difícil que se apresente a conjuntura socioeconómica, o compromisso de entrega, empenho e dedicação em prol e ao serviço da nossa instituição, assumido pelos órgãos sociais no dia da sua tomada de posse, manter-se-á inalterado até ao final do mandato.

Empregaremos ao serviço da nossa instituição todo o nosso profissionalismo, e continuaremos a pautar-nos pelo rigor e disciplina orçamentais nos exercícios financeiros que se seguem.

A ação social em que estamos envolvidos exige o melhor de todos nós, só assim poderemos melhorar os nossos serviços e as nossas capacidades para os proporcionar a quem deles necessita.

Acreditamos estar no caminho certo, todos sem exceção, órgãos sociais e colaboradores, tem revelado empenho e profissionalismo, situação que devemos saudar e pela qual nos congratulamos.

Não obstante não podemos parar, nem estagnar no tempo, sob pena de se perder todo o trabalho até agora feito, devemos sim procurar melhorar e adaptarmo-nos as constantes necessidades de mudança e modernização, para as quais devemos estar preparados.

Contamos com todos para um futuro que se espera e deseja de esperança.

O Presidente da Direção,



/José Raul Guerreiro Mendes dos Santos/

Contas do Exercício de 2015

Balço e Demonstração de Resultados

CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA
BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2015

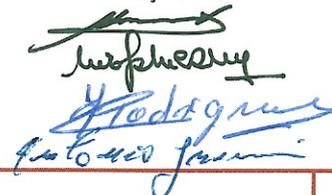
Data: 2015/12/31
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	4	1.084.001,97	528.559,14
Activos intangíveis	5	45.614,70	49.601,24
Investimentos Financeiros		569,08	257,77
		1.130.185,75	578.418,15
Activo corrente			
Inventários	7	1.110,41	1.562,52
Clientes		6.680,37	6.053,81
Estado e outros entes públicos		39.555,28	9.638,48
Outras contas a receber		410,00	558.820,71
Caixa e depósitos bancários		268.799,32	303.012,79
		316.555,38	879.088,31
Total do Activo		1.446.741,13	1.457.506,46
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		292.925,27	292.925,27
Resultados trânsitados		232.540,72	224.485,32
Outras variações nos fundos patrimoniais		753.980,82	858.561,35
		1.279.446,81	1.375.971,94
Resultado líquido do período		63.934,47	8.055,40
Total do fundo de capital		1.343.381,28	1.384.027,34
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		223,86	799,20
Estado e outros entes públicos		5.106,81	5.636,85
Fianciamentos obtidos		190,05	
Outras Contas a pagar		97.839,13	67.043,07
		103.359,85	73.479,12
Total do Passivo		103.359,85	73.479,12
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.446.741,13	1.457.506,46

O TÉCNICO DE CONTAS



A DIREÇÃO



CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2015/12/31

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015

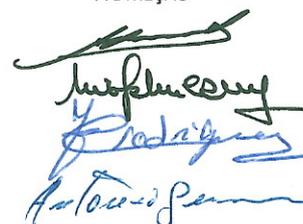
Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	268.278,66	253.980,22
Subsídios à exploração	9	198.757,98	201.570,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-61.650,50	-62.921,71
Fornecimento e serviços externos		-91.132,69	-99.162,68
Gastos com o pessoal		-299.039,37	-283.238,62
Outros rendimentos e ganhos		122.316,28	26.395,02
Outros gastos e perdas		-965,16	-927,92
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		136.565,20	35.694,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-71.880,57	-27.379,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		64.684,63	8.314,79
Juros e rendimentos similares obtidos		50,00	
Juros e gastos similares suportados		-800,16	-259,39
Resultado antes de Impostos		63.934,47	8.055,40
Resultado líquido do período		63.934,47	8.055,40

O TÉCNICO DE CONTAS



A DIREÇÃO



Demonstração de Fluxos de Caixa

CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2015/12/31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2015

Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - Método Directo			
Recebimento de clientes e utentes		267.133,59	269.422,23
Pagamento a fornecedores		-154.883,37	-167.891,34
Pagamento ao pessoal	5	-221.784,67	-208.268,93
Caixa gerada pelas operacoes		-109.534,45	-106.738,04
Outros recebimentos/pagamentos		144.469,28	134.373,80
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		34.934,83	27.635,76
Fluxos de caixa das Actividades de investimento			
Activos fixos tangíveis	6	-618.231,16	-177.274,73
Investimentos financeiros		-150,10	-186,65
Activos fixos tangíveis		519.900,27	134.603,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-98.480,99	-42.858,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações			97.853,42
Outras operacoes de financiamento		33.404,19	-259,39
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	8	-4.071,50	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		29.332,69	97.594,03
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-34.213,47	82.371,50
Caixa e seus equivalentes no início do periodo		303.012,79	220.641,29
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		268.799,32	303.012,79

O TÉCNICO DE CONTAS

A DIREÇÃO

Demonstração de Resultados por Valências

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS						
CLASSE 7 RENDIMENTOS						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC
71	VENDAS	5.626,00	4.354,50	1.127,90	143,60	
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	262.652,66	158.508,86	62.579,49	40.667,31	897,00
721	QUOTAS UTILIZADORES (MATRÍCULAS/MENSALIDADES)	238.924,27	134.780,47	62.579,49	40.667,31	897,00
722/728	OUTROS SERVIÇOS	23.728,39	23.728,39			
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	198.757,98	125.264,44	33.545,65	35.844,93	4.102,96
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	198.757,98	125.264,44	33.545,65	35.844,93	4.102,96
7511	ISS, IP	160.988,53	102.036,23	25.689,60	29.575,20	3.687,50
7512	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	37.769,45	23.228,21	7.856,05	6.269,73	415,46
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	122.316,28	74.664,86	25.607,51	20.708,44	1.335,47
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	910,00	-	355,00	555,00	
788	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	121.406,28	74.664,86	25.252,51	20.153,44	1.335,47
7883	IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	39.431,11	24.250,13	8.201,67	6.545,56	433,75
7882-7884/7	RENDIMENTOS E GANHOS EM ATIVOS	63.940,73	39.323,55	13.299,68	10.614,16	703,34
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	18.034,44	11.091,18	3.751,16	2.993,72	198,38
79	JUROS, DIVIDENDOS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	50,00	30,75	10,40	8,30	0,55
	TOTAL RENDIMENTOS	589.402,92	362.823,41	122.870,95	97.372,58	6.335,98
CLASSE 6 GASTOS						
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC
61	CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	61.650,50	38.732,65	12.784,64	9.511,62	621,59
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	91.132,69	56.819,47	18.485,04	14.850,63	977,55
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	29.843,09	19.078,69	5.799,08	4.658,64	306,68
623	MATERIAIS	21.256,71	13.125,20	4.368,87	3.531,61	231,03
624	ENERGIA E FLUIDOS	26.013,86	15.998,53	5.410,88	4.318,31	286,14
625	DESLICAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	7.972,49	4.898,42	1.648,53	1.338,35	87,19
626	SERVIÇOS DIVERSOS	6.046,54	3.718,63	1.257,68	1.003,72	66,51
63	GASTOS COM O PESSOAL	299.039,37	183.909,21	62.200,18	49.640,55	3.289,43
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	203.964,34	125.438,07	42.424,58	33.858,09	2.243,60
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	41.308,72	25.404,86	8.592,21	6.857,24	454,41
636	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1.926,70	1.184,92	400,75	319,83	21,20
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	51.839,61	31.881,36	10.782,64	8.605,39	570,22
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	71.880,57	45.873,85	14.343,15	11.185,66	477,91
642	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	48.337,03	31.368,74	9.452,00	7.289,24	227,05
643	ATIVOS INTANGÍVEIS	23.543,54	14.505,11	4.891,15	3.896,42	250,86
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	965,16	798,76	89,89	71,74	4,77
681	IMPOSTOS	139,36	85,71	28,98	23,13	1,54
689	CUSTOS COM APOIOS FINANC. CONCEDIDOS A ASSOC. OU U	825,80	713,05	60,91	48,61	3,23
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	800,16	492,10	166,43	132,83	8,80
	TOTAL GASTOS	525.468,45	326.626,04	108.069,33	85.393,03	5.380,05
CLASSE 8 RESULTADOS						
818	RESULTADO LÍQUIDO	63.934,47	36.197,37	14.801,62	11.979,55	955,93

Outros Mapas

CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

DEZEMBRO/2015 - PER.12

31-12-2015

BALANCETE CONTAS DO RAZAO

(EUR)

Conta	Designação	Debito Período	Credito Período	Debito Acumulado	Credito Acumulado	Saldo Devedor	Saldo Credor
11	CAIXA	14.942,26	16.124,22	229.696,46	213.302,28	16.394,18	-
12	DEPOSITOS A ORDEM	142.593,98	224.268,33	1.279.853,58	1.060.565,40	219.288,18	-
13	OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS	6.324,84	-	33.116,96	-	33.116,96	-
21	CLIENTES E UTENTES	23.587,92	24.652,41	306.051,18	337.579,00	6.680,37	38.208,19
22	FORNECEDORES	25.018,08	15.028,60	119.705,48	119.929,34	-	223,86
23	PESSOAL	14.096,09	14.096,09	219.881,74	219.881,74	-	-
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	29.587,12	5.221,09	150.357,66	115.909,19	39.555,28	5.106,81
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	515,67	190,05	4.071,50	4.261,55	-	190,05
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E APAGAR	177.623,17	349.603,23	1.209.938,58	1.269.159,52	410,00	59.630,94
31	COMPRAS	6.856,90	-	61.730,52	205,75	61.730,52	205,75
33	MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE CONSUMO	-	-	1.562,52	-	1.562,52	-
38	RECLASSIFICACAO E REGULAR DE INVENTARIOS	-	39,36	-	326,38	-	326,38
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	22,67	-	569,08	-	569,08	-
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	767.688,79	-	1.424.666,17	292.327,17	1.424.666,17	292.327,17
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	29.335,50	-	70.634,10	1.475,86	70.634,10	1.475,86
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	133.533,34	760.856,63	760.856,63	760.856,63	-	-
51	FUNDOS	-	-	-	292.925,27	-	292.925,27
56	RESULTADOS TRANSITADOS	-	-	-	232.540,72	-	232.540,72
59	OUTRAS VARIACOES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	65.149,42	-	65.149,42	858.561,35	-	793.411,93
62	FORNECIMENTOS E SERV.EXTERNOS	11.456,59	22,14	91.659,04	526,35	91.132,69	-
63	GASTOS COM O PESSOAL	19.798,98	-	299.118,87	79,50	299.039,37	-
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	97,94	-	965,16	-	965,16	-
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	98,34	-	800,16	-	800,16	-
71	VENDAS	-	584,20	-	5.626,00	-	5.626,00
72	PRESTACOES DE SERVICO	-	21.853,96	-	262.652,66	-	262.652,66
75	SUBSIDIOS A EXPLORACAO	-	14.348,46	-	198.757,98	-	198.757,98
78	OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	-	21.438,83	-	82.885,17	-	82.885,17
79	RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	-	-	-	50,00	-	50,00
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-	-	8.055,40	8.055,40	-	-
*** Totais Finais		1.468.327,60	1.468.327,60	6.338.440,21	6.338.440,21	2.266.544,74	2.266.544,74

CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

DEZEMBRO/2015 - PER.13

31-12-2015

BALANCETE CONTAS DO RAZAO

(EUR)

Conta	Designacao	Debito Periodo	Credito Periodo	Debito Acumulado	Credito Acumulado	Saldo Devedor	Saldo Credor
11	CAIXA	-	-	229.696,46	213.302,28	16.394,18	-
12	DEPOSITOS A ORDEM	-	-	1.279.853,58	1.060.565,40	219.288,18	-
13	OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS	-	-	33.116,96	-	33.116,96	-
21	CLIENTES E UTENTES	-	-	306.051,18	337.579,00	6.680,37	38.208,19
22	FORNECEDORES	-	-	119.705,48	119.929,34	-	223,86
23	PESSOAL	-	-	219.881,74	219.881,74	-	-
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	-	-	150.357,66	115.909,19	39.555,28	5.106,81
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	-	-	4.071,50	4.261,55	-	190,05
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E APAGAR	-	-	1.209.938,58	1.269.159,52	410,00	59.630,94
31	COMPRAS	205,75	61.730,52	61.936,27	61.936,27	-	-
33	MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE CONSU	61.730,52	61.856,25	63.293,04	61.856,25	1.436,79	-
38	RECLASSIFICACAO E REGULAR DE INVENTARIOS	127,92	127,92	127,92	454,30	-	326,38
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	-	-	569,08	-	569,08	-
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	-	48.337,03	1.424.666,17	340.664,20	1.424.666,17	340.664,20
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	-	23.543,54	70.634,10	25.019,40	70.634,10	25.019,40
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	-	-	760.856,63	760.856,63	-	-
51	FUNDOS	-	-	-	292.925,27	-	292.925,27
56	RESULTADOS TRANSITADOS	-	-	-	232.540,72	-	232.540,72
59	OUTRAS VARIACOES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	39.431,11	-	104.580,53	858.561,35	-	753.980,82
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	123.301,00	61.650,50	123.301,00	61.650,50	61.650,50	-
62	FORNECIMENTOS E SERV.EXTERNOS	88.870,40	88.870,40	180.529,44	89.396,75	91.132,69	-
63	GASTOS COM O PESSOAL	299.039,37	299.039,37	598.158,24	299.118,87	299.039,37	-
64	GASTOS DE DEPRECIACAO E DE AMORTIZACAO	115.325,48	43.444,91	115.325,48	43.444,91	71.880,57	-
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	432,20	432,20	1.397,36	432,20	965,16	-
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	800,16	800,16	1.600,32	800,16	800,16	-
71	VENDAS	-	-	-	5.626,00	-	5.626,00
72	PRESTACOES DE SERVICO	-	-	-	262.652,66	-	262.652,66
75	SUBSIDIOS A EXPLORACAO	37.769,45	37.769,45	37.769,45	236.527,43	-	198.757,98
78	OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	121.406,28	160.837,39	121.406,28	243.722,56	-	122.316,28
79	RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	50,00	50,00	50,00	100,00	-	50,00
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-	-	8.055,40	8.055,40	-	-
*** Totais Finais		888.489,64	888.489,64	7.226.929,85	7.226.929,85	2.338.219,56	2.338.219,56

CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

DEZEMBRO/2015 - PER.14

31-12-2015

BALANCETE CONTAS DO RAZAO

(EUR)

Conta	Designação	Debito Período	Credito Período	Debito Acumulado	Credito Acumulado	Saldo Devedor	Saldo Credor
11	CAIXA	-	-	229.696,46	213.302,28	16.394,18	-
12	DEPOSITOS A ORDEM	-	-	1.279.853,58	1.060.565,40	219.288,18	-
13	OUTROS DEPOSITOS BANCARIOS	-	-	33.116,96	-	33.116,96	-
21	CLIENTES E UTENTES	-	-	306.051,18	337.579,00	6.680,37	38.208,19
22	FORNECEDORES	-	-	119.705,48	119.929,34	-	223,86
23	PESSOAL	-	-	219.881,74	219.881,74	-	-
24	ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	-	-	150.357,66	115.909,19	39.555,28	5.106,81
25	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	-	-	4.071,50	4.261,55	-	190,05
27	OUTRAS CONTAS A RECEBER E APAGAR	-	-	1.209.938,58	1.269.159,52	410,00	59.630,94
31	COMPRAS	-	-	61.936,27	61.936,27	-	-
33	MATERIAS-PRIMAS, SUBSIDIARIAS E DE CONSUMO	-	-	63.293,04	61.856,25	1.436,79	-
38	RECLASSIFICACAO E REGULAR DE INVENTARIOS	-	-	127,92	454,30	-	326,38
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	-	-	569,08	-	569,08	-
43	ACTIVOS FIXOS TANGIVEIS	-	-	1.424.666,17	340.664,20	1.424.666,17	340.664,20
44	ACTIVOS INTANGIVEIS	-	-	70.634,10	25.019,40	70.634,10	25.019,40
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	-	-	760.856,63	760.856,63	-	-
51	FUNDOS	-	-	-	292.925,27	-	292.925,27
56	RESULTADOS TRANSITADOS	-	-	-	232.540,72	-	232.540,72
59	OUTRAS VARIACOES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS	-	-	104.580,53	858.561,35	-	753.980,82
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-	61.650,50	123.301,00	123.301,00	-	-
62	FORNECIMENTOS E SERV.EXTERNOS	-	91.132,69	180.529,44	180.529,44	-	-
63	GASTOS COM O PESSOAL	-	299.039,37	598.158,24	598.158,24	-	-
64	GASTOS DE DEPRECIACAO E DE AMORTIZACAO	-	71.880,57	115.325,48	115.325,48	-	-
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	-	965,16	1.397,36	1.397,36	-	-
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	-	800,16	1.600,32	1.600,32	-	-
71	VENDAS	5.626,00	-	5.626,00	5.626,00	-	-
72	PRESTACOES DE SERVICO	262.652,66	-	262.652,66	262.652,66	-	-
75	SUBSIDIOS A EXPLORACAO	198.757,98	-	236.527,43	236.527,43	-	-
78	OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	122.316,28	-	243.722,56	243.722,56	-	-
79	RENDIMENTOS E GANHOS FINANCEIROS	50,00	-	100,00	100,00	-	-
81	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	525.468,45	589.402,92	533.523,85	597.458,32	-	63.934,47
*** Totais Finais		1.114.871,37	1.114.871,37	8.341.801,22	8.341.801,22	1.812.751,11	1.812.751,11

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA é uma ESNL, constituída a 01-01-1963, com sede em RUA DO POÇO NOVO, SANTANA DA SERRA, 7670-613, SANTANA DA SERRA, e tem como atividade principal APOIO A TERCEIRA IDADE.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

" Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);

" Portaria n.º 105/2011, de 14 de Março (Modelos de Demonstrações Financeiras);

" Portaria n.º 106/2011, de 14 de Março (Código de Contas).

" Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de Março (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para SNL);

" Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho - SNC.

02.02 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

02.03 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

02.04 - Adoção pela primeira vez das NCRF-ESNL - divulgação transitória:

A entidade adotou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2012, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2012 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2011, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para a NCRF-ESNL, encontrando-se estes ajustamentos reconhecidos em resultados transitados ou noutra rubrica de capitais próprios que se mostre mais apropriada.

03 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 - Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.02 - Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 - Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.04 - Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.06 - Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO**03.02.01 - Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

03.02.02 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Estudos e projetos - 3 anos

03.02.03 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no FIFO.

03.02.04 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou

quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.05 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.02.06 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**04.01 - Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis****04.01.01 - Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 - Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 - Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções - 50 anos

Equipamento básico - 4 a 10 anos

Equipamento de transporte - 4 a 5 anos

Equipamento administrativo - 4 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis - 4 a 10 anos

04.02 - DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**04.02.01 - Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:**

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos fixos tangíveis	820 886.31	292 327.17		528 559.14	1 424 666.17	340 664.20		1 084 001.97
Terrenos e recursos naturais	90 707.58			90 707.58	90 707.58			90 707.58
Ed. e outras construções	539 892.62	128 177.05		411 715.57	1 088 981.21	158 595.98		930 385.23
Equipamento básico	108 910.64	83 859.14		25 051.50	163 156.91	100 657.10		62 499.81
Equipamento transporte	62 005.82	62 005.82			62 005.82	62 005.82		
Equipamento administrativo	19 369.65	18 285.16		1 084.49	19 814.65	19 405.30		409,35

04.02.02 - Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Designações	Outros activos fixos tangíveis						
	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Eq. básico	Eq. Transporte	Eq. administrativo	Outros	Total
Activos:							
Saldo Inicial	90 707.58	375 458.68	108 910.64	62 005.82	19 369.65		656 452.37
Aquisições/aumentos		713 522.53	54 246.27		445,00		768 213.80
Saldo final:	90 707.58	1 088 981.21	163 156.91	62 005.82	19 814.65		1 424 666.17
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		128 177.05	83 859.14	62 005.82	18 285.16		292 327.17
Depreciações do exercício		30 418.93	16 797.96		1 120.14		48 337.03
Saldo final:		158 595.98	100 657.10	62 005.82	19 405.30		340 664.20

05 - ATIVOS INTANGÍVEIS**05.01.02 - Métodos de amortização usados para os ativos intangíveis com vida úteis finitas:**

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

05.02 - Durante os períodos findos em 31-12-2014 e em 31-12-2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM PERIODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos intangíveis	41 298.60	1 475.86		39 822.74	70 634.10	25 019.40		45 614.70
Total:	41 298.60	1 475.86		39 822.74	70 634.10	25 019.40		45 614.70

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Outros Ativos Intagíveis	Total
Activos:		
Saldo Inicial	41 298.60	41 298.60
Aquisições	29 335.50	29 335.50
Saldo final:	70 634.10	70 634.10
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	1 475.86	1 475.86
Amortizações do exercício	23 543.54	23 543.54
Saldo Final:	25 019.40	25 019.40
Activos Líquidos	69 158.24	69 158.24

06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

07 - INVENTÁRIOS**07.01 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A Entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventario no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

07.02 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2014 e em 31-12-2015, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31-12-2015			31-12-2014		
	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	1 436.79		1 436.79	1 562.52		
Total:	1 436.79		1 436.79	1 562.52		

07.03 - Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO

Descrição	31-12-2015		
	mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário Inicial:		1 562.52	1 562.52
Compras		61 730.52	61 730.52
Reclassificação e regularização de inventários		-326,38	-326,38
Inventário Final		1 436.79	1 436.79
C.M.V.M.C.		61 650.50	61 650.50

08 - RÉDITO

08.01 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

08.02 - O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2015 e em 31-12-2014 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Vendas de bens	5 626.00	5 866.50
Prestação de serviços	262 652.66	248 113.72
Total:	268 278.66	253 980.22

09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

09.01 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO

Descrição	Subsídios E.O.E.P.		Subsídios O. Entidades	
	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período
Subsídios relacionados c/Activos /ao investimento	633 559.82	39 431.11		
Activos tangíveis:	593 213.44	25 892.25		
Outros activos fixos tangíveis	593 213.44	25 892.25		
Edifícios e outras construções	565 501.30	22 055.01		
Equipamento básico	27 712.14	3 837.24		
Activos intangíveis:	40 346.38	13 538.86		
Outros activos intangíveis	40 346.38	13 538.86		
Valor dos reembolsos no período respeitante a:	783 807.67	198 757.98		
Subsídios relacionados c/activos ao investimento	585 049.69			
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	198 757.98	198 757.98		

10 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2015 distribuíram-se da seguinte forma:

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Descrição	Atividade CAE 87301
Vendas:	5 626.00
Mercadorias	5 626.00
Prestação de Serviços	262 652.66
Compras	61 730.52
Fornecimento e serviços terceiros	91 132.69
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	61 650.50
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61 650.50
Gastos com o pessoal	299 039.37
Remunerações	203 964.34
Outros (inclui pensões)	95 075.03
Activos fixos tangíveis	
Quantia escriturada final	1 084 001.97
Total de Aquisições	768 213.80
Das quais: Ed e outras construções	713 522.53

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Vendas	5 626.00		
Prestação de serviços	262 652.66		
Compras	61 730.52		
F.S.E.	91 132.69		
Aquisições Activos Fixos Tangíveis	768 213.80		
Aquisições de Activos intangíveis	29 335.50		
Rendimentos Suplementares			
Outros	910.00		

11 - OUTRAS INFORMAÇÕES**11.01 - Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Serviços especializados	29 843.09	34 047.78
Trabalhos especializados	6 554.94	5 085.34
Publicidade e propaganda	1 044.59	234,63
Vigilância e segurança	382,78	199,51
Honorários	12 785.62	10 504.66
Conservação e reparação	7 165.15	16 994.10
Outros	1 910.01	1 029.54
Material	21 256.71	21 251.52
Ferramentas	1 144.62	2 242.43
Material de escritório	3 517.70	2 947.44
Artigos para oferta	623,07	2 843.47
Outros	15 971.32	13 218.18
Energia e fluidos	25 683.86	26 714.65
Electricidade	14 133.48	12 505.74
Combustíveis	6 757.88	7 444.11
Outros	4 792.50	6 764.80
Deslocações, estadas e transportes	7 972.49	864,51
Deslocações e estadas	7 325.74	419,51
Outros	646,75	445,00
Serviços diversos	6 046.54	16 284.22
Comunicação	2 275.53	1 913.74
Seguros	2 481.11	3 537.20
Contencioso e notariado	250,50	976,50
Despesas de representação	1 014.40	9 856.78
Outros serviços	25,00	

11.02 - Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	910,00	725,28
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	188,00	
Outros	121 218,28	25 669,74
Imputação de subsídios para investimentos	39 431,11	9 672,38
Restituição de impostos	63 940,73	12 101,28
Outros não especificados	17 846,44	3 896,08
Outros rendimentos similares	50,00	

11.03 -Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2015 e 2014 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Impostos	139,36	63,51
Correcções relativas de periodos anteriores		63,66
Outros não especificados	825,80	800,75
Juros suportados		
Outros gastos e perdas de financiamento		
Outros	800,16	259,39

12 -ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos relevantes suscetíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras:

O Técnico de Contas

A Direção

ANEXOS

Convocatória da Assembleia Geral Ordinária



CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Maria Inês dos Santos Afonso Guerreiro, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Casa do Povo de Santana da Serra, nos termos do disposto no artigo 29º n.º 2 alínea b) dos seus estatutos, convoca os associados a reunir em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no próximo dia 31 de Maio de 2016, pelas 15H00 na sede da Casa do Povo de Santana da Serra, sita na Rua do Poço Novo S/N, em Santana da Serra,

Com a seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

1 – Apreciação e votação do relatório e contas de 2015, bem como do parecer do Conselho Fiscal.

2 – Outros assuntos de interesse para a instituição

Se no dia e à hora designados nesta convocatória não estiver presente mais de metade dos associados com direito a voto, terá a mesma lugar 30 minutos depois, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, nos termos do n.º 1 do artigo 31º dos Estatutos.

Apresentando os melhores cumprimentos a todos os associados,

Santana da Serra, 11 de Maio de 2016

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



/ Maria Inês dos Santos Afonso Guerreiro/

Rua do Poço Novo
7670-619 SANTANA DA SERRA
Telefone: 286 545 287
Fax: 286 545 295
Email: cp_santanadaira@sapo.pt